ReGeo ISSN: 2177-3246

A ATUAÇÃO DO SUPERVISOR ESCOLAR E DOS PROFESSORES NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E NA PREPARAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO DE ESTUDANTES EM CONTEXTOS DE DIVERSIDADE SOCIAL, RACIAL, DE GÊNERO E DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA

THE ROLE OF SCHOOL SUPERVISORS AND TEACHERS IN PROMOTING INCLUSION AND PREPARING STUDENTS FROM DIVERSE SOCIAL, RACIAL, GENDER, AND DISABILITY BACKGROUNDS FOR THE WORLD OF WORK: A REVIEW OF ACADEMIC LITERATURE

EL PAPEL DE LOS SUPERVISORES ESCOLARES Y MAESTROS EN LA PROMOCIÓN DE LA INCLUSIÓN Y LA PREPARACIÓN DE ESTUDIANTES DE CONTEXTOS DE DIVERSIDAD SOCIAL, RACIAL, DE GÉNERO Y DISCAPACIDAD PARA EL MUNDO DEL TRABAJO: UNA REVISIÓN DE LA PRODUCCIÓN ACADÉMICA

https://doi.org/10.56238/revgeov17n7-028

Data de submissão: 18/05/2026 **Data de publicação:** 02/07/2026

Adakciel Tiago Martins Braz
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8990433634662359
Instituição: Universidade do Vale do Itajaí
E-mail: brazwss@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0008-9746-8625

Priscila Ricardo Pereira
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2761057119499841
Instituição: Universidade do Vale do Itajaí
E-mail: priscila.pereira@univali.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0008-9746-8625

Karla Demonti Passos Cathcart
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8000776787635402
Instituição: Universidade do Vale do Itajaí
E-mail: Karla.cathcart@edu.itapema.sc.gov.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0002-7477-8352

Jaqueline Machado Ferreira
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1343306463768846
Instituição: Universidade do Vale do Itajaí
E-mail: jaqueline.634794@edu.univali.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0002-2224-3284

RESUMO

Este artigo está vinculado ao Seminário Temático "Educação, Trabalho e Cuidado na Contemporaneidade", integrante do Programa de Doutorado em Educação da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), contando com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O estudo tem como objetivo analisar a produção acadêmica e as políticas educacionais que tratam das atribuições do Supervisor Escolar no contexto da Educação Básica, com ênfase em sua atuação junto aos professores no atendimento à diversidade humana, considerando marcadores sociais como classe social, raça, cor, gênero e deficiência. O referencial teórico

fundamenta-se nos estudos de Braz (2024), Lorde (2019) e Backes (2018), entre outros autores que discutem educação inclusiva, diferenças e justiça social. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir de levantamento realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), contemplando produções publicadas entre 2018 e 2024. A análise das publicações busca compreender de que maneira a atuação do Supervisor Escolar pode contribuir para o trabalho pedagógico dos professores na promoção de processos educativos inclusivos, favorecendo a formação e a preparação de estudantes com deficiência para sua inserção no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Supervisor Escolar. Educação Especial. Políticas Educacionais. Professores. Educação Básica.

ABSTRACT

This article is linked to the Thematic Seminar “Education, Work and Care in Contemporary Society,” which is part of the Doctoral Program in Education at the University of Vale do Itajaí (UNIVALI), and was supported by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel – Brazil (CAPES) under Financing Code 001. The study aims to analyze academic production and educational policies addressing the roles and responsibilities of the School Supervisor within the context of Basic Education, with an emphasis on their work alongside teachers in responding to human diversity, considering social markers such as social class, race, skin color, gender, and disability. The theoretical framework is grounded in the studies of Braz (2024), Lorde (2019), and Backes (2018), among other authors who discuss inclusive education, differences, and social justice. This is a bibliographic study developed through a survey conducted in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), encompassing works published between 2018 and 2024. The analysis of these publications seeks to understand how the work of the School Supervisor can contribute to teachers' pedagogical practices in promoting inclusive educational processes, thereby supporting the education and preparation of students with disabilities for their integration into the world of work.

Keywords: School Supervisor. Special Education. Educational Policies. Teachers. Basic Education.

RESUMEN

Este artículo está vinculado al Seminario Temático “Educación, Trabajo y Cuidado en la Contemporaneidad”, que forma parte del Programa de Doctorado en Educación de la Universidad del Vale do Itajaí (UNIVALI), con apoyo financiero de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (CAPES). El estudio tiene como objetivo analizar la producción académica y las políticas educacionales que abordan las atribuciones del Supervisor Escolar en el contexto de la Educación Básica, con énfasis en su actuación junto a los docentes en la atención a la diversidad humana, considerando marcadores sociales como clase social, raza, color, género y discapacidad. El marco teórico se fundamenta en los estudios de Braz (2024), Lorde (2019) y Backes (2018), entre otros autores que discuten educación inclusiva, diferencias y justicia social. Se trata de una investigación bibliográfica desarrollada a partir de un levantamiento realizado en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD), que comprende producciones publicadas entre 2018 y 2024. El análisis de las publicaciones busca comprender de qué manera la actuación del Supervisor Escolar puede contribuir al trabajo pedagógico de los docentes en la promoción de procesos educativos inclusivos, favoreciendo la formación y preparación de estudiantes con discapacidad para su inserción en el mundo del trabajo.

Palabras clave: Supervisor Escolar. Educación Especial. Políticas Educacionales. Docentes. Educación Básica.

1 INTRODUÇÃO

O papel do supervisor escolar no contexto educacional é fundamental para assegurar que as instituições de ensino ofereçam uma formação que ultrapasse a mera transmissão de conteúdos acadêmicos, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e para sua inserção crítica, ética e qualificada no mundo do trabalho. Nessa perspectiva, o supervisor escolar atua como articulador dos processos pedagógicos, promovendo a integração entre currículo, gestão democrática, práticas inclusivas e demandas sociais contemporâneas.

De acordo com Pastore (2020, p. 47), o(a) supervisor(a) escolar é reconhecido(a) como um(a) especialista em assuntos educacionais, responsável pela coordenação do Projeto Político-Pedagógico da escola, conforme estabelece a Lei Estadual n.º 668/2015, que dispõe sobre as atribuições dos supervisores escolares no estado de Santa Catarina. Nesse sentido, o Projeto Político-Pedagógico deve contemplar as múltiplas dimensões da vida escolar, envolvendo estudantes, famílias e profissionais da educação, de modo a favorecer a construção de conhecimentos socialmente significativos e contextualizados.

Corroborando essa compreensão, Libâneo (2013, p. 88) afirma que a supervisão escolar possui a função de acompanhar, orientar e avaliar o trabalho pedagógico, buscando garantir a qualidade do ensino e a efetivação do direito à aprendizagem para todos os estudantes. Para o autor, a atuação do supervisor deve estar comprometida com a gestão democrática e com a construção coletiva das práticas educativas.

No contexto do Ensino Médio, essa responsabilidade assume relevância ainda maior, por constituir uma etapa marcada pela transição dos jovens para a educação superior, para a vida adulta e para o mundo do trabalho. Backes (2018, p. 96) argumenta que, para que o Ensino Médio cumpra seu papel de formação integral, faz-se necessário o compromisso com uma educação que dialogue com as experiências, expectativas e significados que os próprios jovens atribuem às suas trajetórias escolares.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Freire (1996, p. 33), ao defender que a educação deve possibilitar aos sujeitos a leitura crítica da realidade e a construção de sua autonomia, favorecendo processos de emancipação social. De igual modo, Saviani (2013, p. 79) destaca que a escola desempenha uma função social essencial ao proporcionar o acesso ao conhecimento historicamente produzido, condição indispensável para a participação ativa dos indivíduos na sociedade e no trabalho.

Assim, a atuação do supervisor escolar e dos professores torna-se estratégica na elaboração de ações pedagógicas que auxiliem os estudantes na construção de seus projetos de vida e profissionais, considerando as transformações do mercado de trabalho contemporâneo e os princípios da educação inclusiva e da justiça social. Conforme Fraser (2007, p. 108), a justiça social demanda políticas e

práticas que promovam simultaneamente redistribuição, reconhecimento e representação, enfrentando desigualdades historicamente produzidas.

A interface entre educação, trabalho e cuidado configura-se, portanto, como um campo de análise complexo e multifacetado, especialmente quando examinada sob as categorias de gênero, geração, classe social, raça e deficiência. Tais marcadores sociais interagem de maneira significativa na conformação das oportunidades educacionais e profissionais dos sujeitos. Nesse sentido, Hirata e Kergoat (2007, p. 599) evidenciam que as relações sociais de sexo, classe e raça estruturam a divisão social do trabalho, influenciando diretamente os processos de inclusão e exclusão social.

Diante desse cenário, os debates contemporâneos revelam não apenas as persistentes desigualdades presentes nos sistemas educacionais e laborais, mas também as possibilidades de transformação social por meio de políticas educacionais inclusivas, práticas pedagógicas emancipatórias e processos de supervisão comprometidos com a equidade e com a formação humana integral.

Ao abordar as questões de gênero na educação e as desigualdades de gênero, é imprescindível reconhecer que, apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas em direção à equidade, persistem disparidades significativas em diversos espaços educacionais e profissionais. As meninas e mulheres continuam enfrentando barreiras simbólicas, culturais e estruturais, especialmente em áreas historicamente associadas ao universo masculino, como as Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática (STEM). Conforme assinala Louro (2014, p. 68), a escola constitui um espaço privilegiado de produção e reprodução das diferenças de gênero, podendo tanto reforçar quanto problematizar padrões sociais historicamente construídos.

Nesse contexto, os currículos escolares, as práticas pedagógicas e as expectativas sociais podem contribuir para a perpetuação de estereótipos de gênero, limitando as aspirações acadêmicas e profissionais das estudantes. Butler (2022, p. 43) argumenta que as normas de gênero são continuamente produzidas e reiteradas pelas instituições sociais, influenciando os processos de subjetivação e as possibilidades de inserção dos sujeitos em determinados campos do conhecimento. Soma-se a isso a reduzida visibilidade de mulheres em posições de destaque em determinadas áreas científicas e tecnológicas, aspecto que pode desestimular jovens estudantes a seguirem trajetórias profissionais nesses campos.

No mercado de trabalho, a segmentação ocupacional permanece como um dos principais mecanismos de reprodução das desigualdades de gênero. As mulheres continuam concentradas em atividades relacionadas ao cuidado, à educação e aos serviços, setores tradicionalmente menos valorizados social e economicamente, enquanto os homens predominam em ocupações de maior

remuneração e prestígio social. Hirata e Kergoat (2007, p. 599) destacam que a divisão sexual do trabalho opera por meio de dois princípios fundamentais: o da separação, que atribui trabalhos distintos a homens e mulheres, e o da hierarquização, que estabelece maior valor social e econômico às atividades desempenhadas pelos homens.

Além disso, as mulheres ainda encontram obstáculos significativos para alcançar cargos de liderança e espaços de tomada de decisão, fenômeno amplamente discutido na literatura sob a denominação de "teto de vidro". Para Biroli (2018, p. 97), a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados constitui um dos principais fatores que limitam a autonomia econômica e política das mulheres, comprometendo suas trajetórias profissionais e acadêmicas. O trabalho de cuidado, compreendendo atividades domésticas e assistência a crianças, idosos e familiares dependentes, continua sendo desempenhado majoritariamente por mulheres, muitas vezes de forma não remunerada ou insuficientemente valorizada, refletindo persistentes desigualdades de gênero, classe e raça.

As relações entre educação, trabalho e gerações também demandam análises interseccionais, uma vez que diferentes grupos geracionais vivenciam experiências educacionais marcadas por transformações tecnológicas, pedagógicas, econômicas e culturais. Lorde (2019, p. 122) ressalta que existe uma constante drenagem de energia social que poderia ser direcionada à redefinição de nossas identidades e à construção de alternativas capazes de transformar o presente e projetar futuros mais justos e inclusivos.

As gerações mais jovens têm acesso a recursos tecnológicos e metodologias de ensino anteriormente inexistentes, ampliando possibilidades de aprendizagem e participação social. Contudo, enfrentam desafios específicos relacionados à flexibilização das relações de trabalho, à precarização das ocupações, à intensificação das exigências por qualificação profissional e ao avanço dos processos de automação. Nesse sentido, Backes (2019, p. 104) destaca que as políticas educacionais voltadas ao Ensino Médio, especialmente a partir da década de 1990, buscaram responder às demandas por democratização do acesso, permanência e qualidade da educação, ainda que permaneçam tensionadas por interesses econômicos e pelas exigências do mercado de trabalho.

As expectativas das diferentes gerações acerca das relações entre vida profissional e pessoal também vêm se modificando, assim como as concepções sobre responsabilidades familiares e práticas de cuidado. O envelhecimento populacional impõe novas demandas sociais, frequentemente absorvidas por mulheres e trabalhadores pertencentes às classes populares. Entretanto, observa-se uma gradual ressignificação das atribuições familiares, com uma crescente expectativa social de maior participação masculina nas atividades de cuidado, indicando possibilidades de transformação das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho.

Dessa forma, compreender as interfaces entre educação, gênero, geração, trabalho e cuidado exige uma perspectiva fundamentada na justiça social. Conforme Fraser (2007, p. 107), a superação das desigualdades depende da articulação entre políticas de redistribuição econômica, reconhecimento das diferenças e ampliação da representação política dos grupos historicamente marginalizados.

A classe social exerce influência significativa sobre o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes. Alunos provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica frequentemente enfrentam limitações no acesso a recursos pedagógicos, tecnologias digitais, bens culturais e oportunidades extracurriculares, fatores que podem impactar negativamente seus processos de aprendizagem e suas trajetórias educacionais. Embora a educação seja frequentemente concebida como um importante mecanismo de mobilidade social, as desigualdades presentes nos sistemas educacionais tendem, muitas vezes, a reproduzir as estruturas sociais existentes. Nesse sentido, Bourdieu e Passeron (2014, p. 42) afirmam que a escola contribui para a reprodução das desigualdades sociais ao legitimar determinados capitais culturais em detrimento de outros, favorecendo grupos socialmente privilegiados.

As desigualdades de classe também se manifestam no mundo do trabalho. Trabalhadores pertencentes às camadas populares frequentemente estão inseridos em ocupações marcadas pela precarização, pela informalidade e pela limitada possibilidade de ascensão profissional. A segmentação ocupacional pode conduzir à concentração desses trabalhadores em empregos menos remunerados, menos protegidos e socialmente menos valorizados. Para Antunes (2020, p. 31), as transformações contemporâneas do capitalismo têm intensificado processos de flexibilização e precarização das relações laborais, ampliando as vulnerabilidades dos trabalhadores e aprofundando desigualdades já existentes.

A desigualdade salarial permanece como um dos elementos mais evidentes das disparidades de classe, observando-se diferenças substanciais de remuneração entre trabalhadores inseridos em cargos de maior e menor prestígio social. Ademais, o acesso a serviços de cuidado apresenta profundas assimetrias entre diferentes grupos sociais. Famílias de baixa renda enfrentam maiores dificuldades para garantir cuidados de qualidade a crianças, idosos e pessoas com deficiência, sendo comum que essas responsabilidades recaiam sobre mulheres das classes populares, em atividades não remuneradas ou insuficientemente valorizadas economicamente. Conforme Hirata (2022, p. 118), o trabalho de cuidado constitui um dos principais eixos de produção e reprodução das desigualdades de gênero, classe e raça nas sociedades contemporâneas.

No que se refere às relações raciais, estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados frequentemente enfrentam práticas discriminatórias, preconceitos e barreiras

institucionais no sistema educacional, fatores que podem comprometer seu desempenho acadêmico, sua autoestima e suas perspectivas de continuidade dos estudos. Gomes (2017, p. 41) destaca que o racismo estrutural presente na sociedade brasileira também se manifesta nos espaços escolares, exigindo políticas educacionais comprometidas com o reconhecimento da diversidade étnico-racial e com a promoção da equidade.

O currículo escolar, muitas vezes centrado em perspectivas eurocêntricas, pode não contemplar de maneira adequada a pluralidade de experiências culturais e históricas que constituem a sociedade brasileira, reduzindo o sentimento de pertencimento e o engajamento de estudantes negros, indígenas e de outras minorias étnicas. Nesse sentido, hooks (2017, p. 59) defende uma pedagogia crítica e transgressora, capaz de reconhecer diferentes saberes, valorizar identidades historicamente invisibilizadas e promover processos educativos emancipatórios.

As desigualdades raciais também se reproduzem no mercado de trabalho, onde trabalhadores negros e pertencentes a minorias raciais frequentemente enfrentam discriminações explícitas e implícitas, menores oportunidades de progressão profissional e concentração em ocupações de menor prestígio social. Conforme ressalta Lorde (2019, p. 211), a visibilidade que historicamente tornou sujeitos negros mais vulneráveis aos mecanismos de opressão também pode constituir fonte de resistência, fortalecimento identitário e transformação social.

Além disso, o acesso aos serviços de saúde e de cuidado apresenta diferenças significativas entre grupos raciais e étnicos, evidenciando desigualdades históricas na oferta e na qualidade dos atendimentos prestados. O impacto das responsabilidades familiares relacionadas ao cuidado pode afetar de maneira desproporcional determinados grupos sociais, intensificando processos de exclusão econômica e social.

Os debates contemporâneos sobre educação, trabalho e cuidado, articulados às categorias de gênero, geração, classe social e raça, revelam uma complexa rede de desigualdades estruturais, mas também possibilidades concretas de transformação social. A compreensão dessas múltiplas dimensões e de suas interações torna-se fundamental para a formulação de políticas públicas e práticas educacionais comprometidas com a justiça social, a inclusão e a equidade. Como argumenta Fraser (2007, p. 107), a superação das desigualdades requer a articulação entre redistribuição econômica, reconhecimento das diferenças e ampliação da representação política dos grupos historicamente subalternizados.

Assim, enfrentar os desafios impostos pelas desigualdades sociais exige uma abordagem interseccional, capaz de considerar a diversidade das experiências humanas e de construir respostas coletivas que promovam uma sociedade mais democrática, inclusiva e socialmente justa.

2 A FUNÇÃO DO SUPERVISOR ESCOLAR: PROMOVENDO A EQUIDADE E O SUPORTE AOS ALUNOS INDEPENDENTEMENTE DE COR, RAÇA, GÊNERO OU CLASSE SOCIAL

O supervisor escolar constitui um agente fundamental na articulação entre a gestão escolar, os professores, os estudantes, as famílias e a comunidade, desempenhando funções estratégicas na organização do trabalho pedagógico e na efetivação de uma educação comprometida com os princípios da equidade, da inclusão e da justiça social. Suas atribuições abrangem a supervisão curricular, a coordenação de programas educacionais e a implementação de políticas e práticas pedagógicas que promovam um ambiente de aprendizagem democrático, acolhedor e acessível a todos os estudantes, independentemente de raça, cor, gênero, classe social e deficiência.

Segundo Braz (2024, p. 87), essa compreensão exige da supervisão pedagógica um processo permanente de reflexão acerca do planejamento curricular, das práticas educativas e da organização institucional, considerando não apenas os processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos em sala de aula, mas também a estruturação das ações pedagógicas contempladas no Projeto Político-Pedagógico (PPP) como instrumento orientador das finalidades educativas da escola.

Nessa perspectiva, o supervisor escolar assume papel essencial na mediação entre as demandas sociais contemporâneas, as políticas educacionais e as práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar. Para Libâneo (2018, p. 413), a supervisão pedagógica deve favorecer processos coletivos de análise, acompanhamento e avaliação do trabalho docente, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e para a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes.

No contexto da preparação dos jovens para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania, cabe ao supervisor escolar assegurar que a formação ofertada seja socialmente relevante, crítica e alinhada às transformações econômicas, tecnológicas e culturais da sociedade contemporânea. Conforme Freire (1996, p. 34), a educação deve possibilitar aos sujeitos compreenderem a realidade em que vivem e atuarem sobre ela de forma consciente e transformadora, constituindo-se como prática de liberdade e emancipação humana.

Entre suas atribuições, destaca-se a participação na elaboração, implementação e avaliação do currículo escolar, garantindo que este esteja em consonância com as diretrizes educacionais vigentes, com as especificidades dos estudantes e com os princípios da educação inclusiva. Além disso, compete ao supervisor acompanhar a efetividade do currículo desenvolvido, propondo ajustes e aperfeiçoamentos a partir do diálogo com professores, estudantes, famílias e demais sujeitos envolvidos no processo educativo.

O supervisor escolar exerce, ainda, papel central na coordenação de programas educacionais e de formação continuada dos profissionais da educação. É sua responsabilidade promover espaços de

estudo, reflexão e desenvolvimento profissional, possibilitando que docentes e demais servidores permaneçam atualizados em relação às inovações pedagógicas, às tecnologias educacionais e às metodologias de ensino que favoreçam aprendizagens significativas.

Para Braz (2024, p. 93), a ação supervisora deve estimular e orientar os professores a ampliarem suas possibilidades de atuação pedagógica, extrapolando os limites físicos da sala de aula e buscando estratégias que respondam de maneira mais efetiva às necessidades dos estudantes e aos desafios presentes nos processos de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, Alarcão (2011, p. 54) defende que a supervisão pedagógica assume uma dimensão formativa e colaborativa, baseada no acompanhamento reflexivo das práticas docentes, na construção coletiva do conhecimento e na valorização do desenvolvimento profissional contínuo. Tal compreensão reforça o papel do supervisor escolar como articulador de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas.

No que se refere às atividades complementares e extracurriculares, cabe ao supervisor planejar, acompanhar e incentivar iniciativas que ampliem as experiências educativas dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento de competências acadêmicas, sociais, culturais e profissionais. Essas ações podem favorecer a construção de projetos de vida, o fortalecimento do protagonismo juvenil e a aproximação entre escola, comunidade e mundo do trabalho, especialmente para estudantes pertencentes a grupos historicamente vulnerabilizados.

Assim, a atuação do supervisor escolar transcende funções meramente administrativas, configurando-se como uma prática pedagógica, política e socialmente comprometida com a democratização do ensino, a valorização da diversidade e a formação integral dos estudantes, tendo como horizonte a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa.

No âmbito da formulação, implementação e acompanhamento das políticas educacionais, o supervisor escolar desempenha papel estratégico na construção de uma cultura institucional pautada pelos princípios da inclusão, da equidade, da participação democrática e da valorização da diversidade humana. Sua atuação envolve a participação nos processos de elaboração e efetivação de políticas escolares capazes de promover um ambiente de aprendizagem acolhedor, acessível e socialmente comprometido com o atendimento às necessidades de todos os estudantes, independentemente de raça, cor, gênero, classe social ou deficiência.

Além disso, compete ao supervisor assegurar que a instituição de ensino esteja em consonância com a legislação educacional vigente, bem como com as diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas nacionais, estaduais e municipais. Para Pastore (2020, p. 58), a função supervisora no espaço escolar também consiste em favorecer relações pedagógicas dialógicas e colaborativas entre

professores e estudantes, possibilitando trocas de conhecimentos, experiências e aprendizagens mútuas, em consonância com uma perspectiva humanizadora da educação.

Nessa direção, o supervisor escolar deve garantir que o currículo e os programas educacionais contribuam para a formação integral dos estudantes, preparando-os para a continuidade dos estudos, para o exercício da cidadania e para sua inserção crítica e qualificada no mundo do trabalho. Conforme Frigotto (2010, p. 34), a educação não pode ser reduzida à mera adaptação às exigências produtivas do mercado, mas deve possibilitar aos sujeitos compreenderem as relações sociais, econômicas e culturais que estruturam a sociedade contemporânea.

A aproximação entre escola e comunidade também constitui uma importante atribuição da supervisão escolar. O estabelecimento de parcerias com instituições públicas, organizações sociais, universidades e setores produtivos pode ampliar as oportunidades formativas dos estudantes, favorecendo experiências de estágio, projetos de extensão, visitas técnicas e atividades de iniciação científica e profissional. Tais iniciativas contribuem para a construção de projetos de vida mais consistentes e para o desenvolvimento de competências acadêmicas, sociais e profissionais.

A orientação profissional configura-se igualmente como uma dimensão relevante da atuação supervisora. Cabe ao supervisor, em articulação com professores, equipes multiprofissionais e famílias, promover ações que auxiliem os estudantes na identificação de potencialidades, interesses e expectativas, oferecendo subsídios para a reflexão sobre diferentes itinerários formativos e possibilidades de inserção profissional. Segundo Ramos (2014, p. 92), a formação humana integral pressupõe a superação da fragmentação entre educação geral e formação para o trabalho, favorecendo processos educativos comprometidos com a emancipação dos sujeitos.

Outra atribuição fundamental refere-se ao acompanhamento e à avaliação dos processos de ensino e aprendizagem. O supervisor deve monitorar o desempenho dos estudantes e apoiar o trabalho docente por meio da análise de indicadores educacionais, observação das práticas pedagógicas e utilização de instrumentos avaliativos que possibilitem a tomada de decisões fundamentadas e a implementação de melhorias contínuas. Para Libâneo (2018, p. 417), a supervisão pedagógica deve assumir caráter formativo, colaborativo e reflexivo, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas educativas e para a promoção da aprendizagem de todos os estudantes.

A participação no planejamento estratégico da escola também integra as responsabilidades da supervisão escolar, garantindo que os objetivos pedagógicos e administrativos estejam articulados ao Projeto Político-Pedagógico e às demandas da comunidade escolar. Nesse contexto, torna-se imprescindível desenvolver ações que favoreçam a construção de um ambiente educacional inclusivo, respeitoso e representativo da diversidade social e cultural presente na escola.

Sob essa perspectiva, a implementação de programas de apoio destinados a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação ou em situação de vulnerabilidade social constitui uma das funções essenciais do supervisor escolar. Conforme Mantoan (2015, p. 39), a educação inclusiva pressupõe a transformação das práticas escolares e da organização pedagógica, de modo que a escola seja capaz de acolher e valorizar as diferenças como elemento constitutivo dos processos educativos.

Dessa forma, a atuação do supervisor escolar ultrapassa funções meramente administrativas e burocráticas, assumindo um caráter eminentemente pedagógico, político e social, comprometido com a democratização do ensino, a promoção da justiça social e a garantia do direito à educação de qualidade para todos os estudantes.

Pastore (2020, p. 79) destaca que o exercício da supervisão escolar demanda o desenvolvimento de múltiplas percepções acerca dos processos educativos e um compromisso permanente com a consolidação da teoria e da prática, entendidas como dimensões indissociáveis do fazer pedagógico. Segundo a autora,

> "[...] a função de supervisor(a) escolar será preciso desenvolver percepções, além de trabalhar em prol da consolidação da teoria e da prática, uma vez que elas não se dissociam, mas se complementam e articulam, visto que práticas exitosas em sala de aula geram teorias, teorias geram ciência e ciência gera conhecimento. Assim, o trabalho do(a) supervisor(a) e do(a) professor(a) estão imbricados, correlacionados, articulados, de modo que o planejamento de ambos(as) constitui-se na horizontalidade firmada pelo diálogo, uma vez que esse – o diálogo – deve nortear o trabalho pedagógico" (PASTORE, 2020, p. 79).

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a atuação do supervisor escolar assume relevância significativa na preparação dos estudantes para a continuidade dos estudos, para o exercício da cidadania e para sua inserção crítica e qualificada no mundo do trabalho. Em uma sociedade marcada por constantes transformações tecnológicas, econômicas e sociais, torna-se imprescindível que as instituições educativas desenvolvam práticas pedagógicas capazes de responder às demandas contemporâneas sem perder de vista a formação humana integral.

Entre as estratégias que podem ser desenvolvidas pela supervisão escolar destaca-se a atualização permanente do currículo, de modo que os conhecimentos escolares dialoguem com as necessidades sociais emergentes e com as novas formas de produção do conhecimento. Conforme Sacristán (2013, p. 31), o currículo deve ser compreendido como uma construção social e cultural em permanente processo de ressignificação, refletindo valores, interesses e projetos de sociedade.

Outro aspecto relevante refere-se à incorporação das tecnologias digitais aos processos de ensino e aprendizagem. A utilização crítica e pedagógica das tecnologias favorece a ampliação das

possibilidades educativas e contribui para o desenvolvimento de competências necessárias à participação ativa dos estudantes em uma sociedade cada vez mais mediada por recursos tecnológicos. Para Moran (2018, p. 17), a integração das tecnologias digitais exige mudanças metodológicas e organizacionais que promovam aprendizagens mais participativas, colaborativas e significativas.

Além dos conhecimentos acadêmicos, a escola precisa contribuir para o desenvolvimento de competências socioemocionais e relacionais, tais como comunicação, empatia, cooperação, autonomia intelectual, criatividade e resolução de problemas. Tais habilidades vêm sendo reconhecidas como fundamentais para a formação integral dos estudantes e para sua atuação em diferentes contextos sociais e profissionais. Freire (1996, p. 47) enfatiza que educar implica possibilitar aos sujeitos a construção de uma postura crítica diante da realidade, favorecendo processos de autonomia e emancipação.

A aproximação entre escola e comunidade constitui igualmente uma dimensão importante da ação supervisora. O estabelecimento de parcerias com universidades, instituições públicas, organizações sociais e setores produtivos pode proporcionar aos estudantes experiências formativas diversificadas, como projetos de pesquisa, visitas técnicas, ações extensionistas e atividades de iniciação profissional, ampliando suas perspectivas de futuro e contribuindo para a elaboração de seus projetos de vida.

Nessa direção, Braz (2024, p. 102) afirma que o supervisor escolar é o profissional que auxilia os professores na realização das atividades escolares, orientando práticas pedagógicas, metodológicas e didáticas que melhor respondam às especificidades das turmas e aos desafios presentes nos processos de ensino e aprendizagem. O autor acrescenta que a compreensão da função supervisora no contexto educacional brasileiro está diretamente relacionada às configurações sociais, econômicas e políticas que historicamente influenciam a organização da educação nacional (BRAZ, 2024, p. 105).

Para os estudantes do Ensino Médio, a formação escolar deve ultrapassar a mera transmissão de conteúdos disciplinares e favorecer a construção de conhecimentos articulados às experiências juvenis, às demandas sociais e às transformações do mundo contemporâneo. Backes (2019, p. 96) ressalta que o Ensino Médio necessita reconhecer os jovens como sujeitos de direitos, considerando seus projetos de vida, suas expectativas e os sentidos atribuídos às suas trajetórias escolares.

Assim, a atuação do supervisor escolar configura-se como uma prática pedagógica, política e socialmente comprometida com a construção de uma educação democrática, inclusiva e emancipatória. Ao promover a articulação entre currículo, formação docente, inovação pedagógica e políticas educacionais, esse profissional contribui para que a escola se constitua em um espaço de produção de

conhecimentos, valorização das diferenças e preparação dos estudantes para participar criticamente de uma sociedade em permanente transformação.

3 CURRÍCULO INCLUSIVO: ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO INDEPENDENTEMENTE DE COR, RAÇA, GÊNERO OU CLASSE SOCIAL

O supervisor escolar deve atuar em estreita colaboração com os professores na construção de práticas pedagógicas que integrem conhecimentos científicos, culturais e tecnológicos às competências necessárias para a participação crítica dos estudantes no mundo do trabalho e na vida em sociedade, considerando os princípios da equidade, da inclusão e da justiça social, independentemente de raça, cor, gênero, classe social ou deficiência.

Essa atuação envolve a mediação de processos de planejamento curricular que contemplem componentes e atividades capazes de dialogar com os interesses juvenis, com os projetos de vida dos estudantes e com as transformações sociais, econômicas e tecnológicas contemporâneas. Nesse contexto, a oferta de disciplinas eletivas relacionadas às áreas emergentes do conhecimento, como tecnologia, inovação, empreendedorismo social e sustentabilidade, pode contribuir para ampliar as oportunidades formativas e favorecer a construção de percursos educativos mais significativos.

Conforme destaca Braz (2024, p. 114), “cada componente do currículo envolve pesquisa, compreensão, assimilação, apropriação e fundamentação conceitual para o conhecimento”, evidenciando a necessidade de que a ação supervisora promova espaços de estudo, reflexão e ressignificação permanente das práticas pedagógicas.

Entre as estratégias que podem ser desenvolvidas pela supervisão escolar estão a realização de feiras de profissões, palestras com profissionais de diferentes áreas, visitas técnicas, projetos de extensão e atividades de aproximação com instituições de ensino superior, empresas, organizações não governamentais e órgãos públicos. Tais experiências possibilitam aos estudantes ampliar o conhecimento sobre diferentes trajetórias profissionais, compreender as exigências de distintas ocupações e elaborar escolhas mais conscientes acerca de seus projetos de vida.

Nesse sentido, o estabelecimento de parcerias interinstitucionais configura-se como importante instrumento para potencializar as oportunidades de aprendizagem e de inserção social dos estudantes. O supervisor escolar pode atuar como articulador dessas relações, favorecendo o acesso a estágios, programas de iniciação científica, ações comunitárias e experiências práticas que complementem a formação escolar. Para Braz (2024, p. 119), a supervisão pedagógica deve estimular e orientar os professores a ampliarem suas práticas para além dos limites da sala de aula, buscando propostas que respondam de maneira mais efetiva aos desafios do ensino e da aprendizagem.

Além do desenvolvimento de competências técnicas e acadêmicas, a formação integral dos estudantes requer atenção especial às competências socioemocionais, cada vez mais valorizadas nos diferentes contextos sociais e profissionais. Habilidades como liderança, empatia, cooperação, autonomia, pensamento crítico, criatividade e resiliência constituem elementos essenciais para a participação cidadã e para a construção de relações interpessoais saudáveis. Segundo Delors (2012, p. 89), a educação do século XXI deve fundamentar-se nos pilares do aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, possibilitando o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas.

Nessa perspectiva, programas de mentoria, oficinas temáticas, rodas de conversa e projetos colaborativos podem contribuir significativamente para o fortalecimento dessas competências. Pastore (2020, p. 81) ressalta que incentivar a prática do planejamento didático-pedagógico coletivo constitui uma das ações mediadas pela supervisão escolar, tendo em vista que documentos orientadores, como a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), a Proposta Curricular de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2014) e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2013), já evidenciam a importância da construção compartilhada dos processos educativos.

Corroborando essa compreensão, Frigotto (2010, p. 36) afirma que a educação escolar não deve restringir-se à preparação para atender às demandas imediatas do sistema produtivo, mas contribuir para a formação de sujeitos capazes de compreender criticamente as relações sociais e de atuar na transformação da realidade. Assim, o supervisor escolar assume papel estratégico na articulação entre currículo, formação docente, projetos de vida, políticas educacionais e práticas pedagógicas inclusivas, favorecendo uma educação comprometida com a emancipação humana, a democratização das oportunidades e a efetivação da justiça social.

4 OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS: ASSEGURANDO UMA PREPARAÇÃO INCLUSIVA E JUSTA, SEM DISTINÇÕES DE COR, RAÇA, GÊNERO OU CLASSE SOCIAL

Garantir que o currículo escolar permaneça socialmente relevante e articulado às transformações do mundo contemporâneo constitui um dos principais desafios da supervisão escolar. As leituras bibliográficas realizadas evidenciam a necessidade de constantes processos de reflexão, revisão e atualização curricular, de modo que os conhecimentos escolares dialoguem com as mudanças tecnológicas, sociais, culturais e econômicas, sem perder de vista os princípios da equidade, da inclusão e da justiça social.

De acordo com Backes (2018, p. 96), o Ensino Médio configura-se como um espaço de disputas e tensões, no qual coexistem diferentes compreensões acerca da função social da escola e dos sentidos

atribuídos à formação das juventudes. Para o autor, a consolidação de uma formação integral requer o compromisso com práticas educativas que considerem as experiências, expectativas e projetos de vida dos próprios jovens.

As rápidas transformações tecnológicas representam um desafio permanente para as instituições escolares. O avanço da inteligência artificial, da automação, da análise de dados e das plataformas digitais vem modificando significativamente as formas de produção, comunicação e interação social, demandando o desenvolvimento de novas competências e habilidades. Além disso, fenômenos como a ampliação do trabalho remoto, das redes colaborativas e das tecnologias digitais exigem que a escola desenvolva estratégias pedagógicas capazes de favorecer aprendizagens contextualizadas e significativas.

Nesse cenário, a supervisão escolar assume papel relevante no acompanhamento dos processos pedagógicos e na organização do trabalho docente. Braz (2024, p. 127) destaca que os supervisores necessitam acompanhar sistematicamente os registros pedagógicos dos professores, incluindo diários de classe, instrumentos avaliativos, processos de recuperação paralela, observações referentes às turmas e informações disponibilizadas às famílias, de modo a fortalecer o monitoramento das aprendizagens e assegurar maior qualidade aos processos educativos.

Outro aspecto frequentemente apontado na literatura refere-se ao distanciamento existente entre as instituições educativas e as dinâmicas do mundo do trabalho. Essa desconexão pode contribuir para a manutenção de currículos pouco flexíveis e de processos de atualização lentos, dificultando a incorporação de novas temáticas, metodologias e práticas pedagógicas. Entretanto, conforme argumenta Frigotto (2010, p. 38), a educação não deve limitar-se ao atendimento das demandas imediatas do sistema produtivo, mas promover a formação unilateral dos sujeitos, possibilitando-lhes compreender criticamente a realidade social e atuar na sua transformação.

As limitações estruturais e financeiras presentes em muitas escolas também podem dificultar a implementação de programas de orientação profissional, projetos de iniciação científica, ações extensionistas e parcerias interinstitucionais. Diante dessas restrições, cabe ao supervisor escolar mobilizar estratégias criativas, estabelecer redes de colaboração com universidades, instituições públicas e organizações da sociedade civil, bem como potencializar os recursos já existentes na comunidade escolar.

A atualização curricular encontra-se igualmente vinculada à formação continuada dos professores. Nem sempre os sistemas educacionais conseguem assegurar oportunidades permanentes de qualificação profissional, especialmente em contextos marcados por restrições orçamentárias. Nesse sentido, Braz (2024, p. 131) ressalta que a orientação aos professores, o acompanhamento dos

planejamentos didático-pedagógicos, a avaliação das aprendizagens, o desenvolvimento de projetos e a promoção de processos formativos constituem dimensões essenciais da atuação supervisora.

Além das questões relacionadas ao currículo e à inovação pedagógica, a construção de uma escola comprometida com a justiça social exige atenção especial às discussões sobre gênero, raça, classe social e deficiência. A desconstrução de estereótipos, o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas e a formação docente voltada para a diversidade configuram-se como elementos indispensáveis para a constituição de uma cultura escolar democrática e acolhedora. Conforme Louro (2014, p. 71), a escola é um espaço privilegiado para problematizar normas sociais e produzir novas formas de convivência baseadas no respeito às diferenças.

A implementação de mudanças curriculares e metodológicas, entretanto, pode encontrar resistências por parte de professores, estudantes e demais atores escolares. Nessa conjuntura, o supervisor escolar deve assumir o papel de mediador e articulador dos processos de transformação, favorecendo espaços de diálogo, participação coletiva e construção compartilhada de propostas pedagógicas.

Por fim, é importante reconhecer que os estudantes possuem interesses, necessidades e expectativas distintas em relação aos seus percursos formativos. A adoção de currículos mais flexíveis, de itinerários diversificados e de estratégias pedagógicas contextualizadas pode contribuir para o fortalecimento do protagonismo juvenil e para a elaboração de projetos de vida mais consistentes. Conforme Ramos (2014, p. 97), a formação humana integral pressupõe a superação da fragmentação entre cultura, ciência, tecnologia e trabalho, favorecendo processos educativos comprometidos com a emancipação dos sujeitos e com a democratização das oportunidades sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o papel do supervisor escolar e dos professores na promoção da inclusão e na preparação dos estudantes do Ensino Médio para o mundo do trabalho, independentemente de classe social, raça, gênero e deficiência, a partir de uma revisão da produção acadêmica e das políticas educacionais sob a perspectiva da justiça social.

As discussões desenvolvidas evidenciaram que a atuação do supervisor escolar ultrapassa funções administrativas e burocráticas, configurando-se como uma prática eminentemente pedagógica, política e social, comprometida com a democratização do acesso ao conhecimento, com a valorização da diversidade humana e com a garantia do direito à educação de qualidade para todos. Nesse contexto, a supervisão escolar constitui um importante espaço de mediação entre as políticas educacionais, o currículo, a formação docente e as demandas emergentes da sociedade contemporânea.

A pesquisa permitiu compreender que a preparação dos estudantes para o mundo do trabalho não deve restringir-se ao atendimento de exigências produtivas imediatas, mas estar vinculada à formação humana integral, ao desenvolvimento da autonomia intelectual, ao exercício da cidadania e à construção de projetos de vida socialmente referenciados. Assim, a escola é chamada a promover processos educativos capazes de articular conhecimentos científicos, culturais, tecnológicos e socioemocionais, favorecendo a constituição de sujeitos críticos, participativos e conscientes de seus direitos e responsabilidades sociais.

Os resultados da revisão bibliográfica também indicam que questões relacionadas ao gênero, à raça, à classe social, às diferenças geracionais e à deficiência continuam produzindo impactos significativos sobre as trajetórias escolares e profissionais dos estudantes. Tais desigualdades demandam práticas pedagógicas inclusivas, currículos culturalmente responsivos e processos formativos comprometidos com o reconhecimento das diferenças e com a superação de mecanismos históricos de exclusão.

Nesse sentido, a formação continuada dos professores e o fortalecimento de espaços coletivos de planejamento e reflexão pedagógica apresentam-se como estratégias fundamentais para a construção de ambientes escolares mais democráticos, acolhedores e inclusivos. A utilização de materiais didáticos representativos da diversidade social, a promoção de debates sobre relações de gênero, direitos humanos e justiça social, bem como a implementação de ações de orientação profissional e de aproximação entre escola e comunidade, podem contribuir significativamente para ampliar as oportunidades educacionais e sociais dos estudantes.

A literatura analisada permitiu concluir que o supervisor escolar desempenha papel estratégico na articulação dessas ações, atuando como agente de mobilização, acompanhamento e ressignificação das práticas pedagógicas. Sua atuação requer sensibilidade para compreender as múltiplas realidades vivenciadas pelos estudantes, capacidade de promover processos colaborativos de formação docente e compromisso ético com a construção de uma educação socialmente referenciada.

Por fim, reconhece-se que as reflexões apresentadas não esgotam a complexidade da temática investigada. Considerando o caráter bibliográfico e documental desta pesquisa, sugere-se que estudos futuros desenvolvam investigações empíricas sobre as práticas de supervisão escolar em diferentes contextos educacionais, buscando compreender de que maneira as ações desenvolvidas pelos supervisores e professores têm contribuído para a promoção da inclusão, da justiça social e da formação integral dos estudantes no Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. *Supervisão da prática pedagógica: uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BACKES, José Licínio. *Juventudes e Ensino Médio*. 2018.

BACKES, José Licínio. *Juventudes, Ensino Médio e Políticas Educacionais*. 2019.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, 2013.

BRAZ, Adakciel Tiago Martins. *O papel do supervisor escolar na rede estadual de ensino de Santa Catarina: reflexões à luz da Lei Complementar n.º 668/2015*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, p. 133. 2024.

BRAZ, Maria de Fátima. *Supervisão Pedagógica e Práticas Educativas*. 2024.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2012.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 101–138, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HIRATA, Helena. *O cuidado: teorias e práticas*. São Paulo: Boitempo, 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2018.

LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PASTORE, Josiane. *Supervisão Escolar e Gestão Pedagógica*. 2020. Dissertação.

RAMOS, Marise Nogueira. *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTA CATARINA. *Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na Educação Básica*. Florianópolis: SED, 2014.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.